

O novo misterianismo: a solução para o problema mente-corpo pode ser apreendida?

The new mysterianism: can the solution to the mind-body problem be grasped?

MATHEOS SOMOLINOS DE OLIVEIRA DO PAÇO MATTOSO MAIA¹

Resumo: Trata-se, nesse artigo, de apresentar uma análise crítica da solução negativa ao problema mente-corpo, elaborada por Colin McGinn. Tomando como ponto de partida a noção geral de inacessibilidade cognitiva, investigou-se o argumento de McGinn em favor da ideia de que os humanos não podem, em princípio, ascender a teoria científica que fornece a explicação sobre a natureza da ligação entre a consciência e o cérebro. Todavia, dois sentidos parecem derivar da afirmação de que a consciência é um “mistério”: um forte (inacessibilidade cognitiva) e um fraco (inacessibilidade imaginativa). Ainda que indesejada por McGinn, foi possível notar que, explicar a sensação residual de ininteligibilidade ao problema em termos de uma limitação imaginativa, é perfeitamente compatível com a tese do filósofo.

Palavras-chave: Inacessibilidade cognitiva. Inacessibilidade imaginativa. Consciência.

Abstract: This article presents a critical analysis of Colin McGinn's negative solution to the mind-body problem. Taking as a starting point the general notion of cognitive inaccessibility, we have investigated McGinn's argument in favor of the idea that humans cannot, in principle, ascend to the scientific theory that provides an explanation of the nature of the connection between consciousness and the brain. However, two senses seem to derive from the assertion that consciousness is a "mystery": a strong one (cognitive inaccessibility) and a weak one (imaginative inaccessibility). Despite McGinn's disapproval, it was possible to observe that explaining the residual feeling of unintelligibility to the problem in terms of imaginative limitation is perfectly compatible with the philosopher's thesis.

Keywords: Cognitive inaccessibility. Imaginative inaccessibility. Consciousness.

Introdução

A consciência, tomada como o *hard nut* do problema mente-corpo, se apresenta como um dos enigmas centrais nas discussões filosóficas. Contemporaneamente formulado, ele pode ser descrito do seguinte modo: como o cérebro, formado por um conjunto de alguns bilhões de neurônios individualmente

¹ Estudante de graduação em Filosofia, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Interessado, sobretudo, pelos problemas filosóficos relacionados a consciência, ao conhecimento e a prática científica. Desenvolve um projeto de Iniciação Científica, sob supervisão da professora Julia Telles de Menezes (UFF), com financiamento do CNPq (2022/2023) e FAPERJ (2024/2025), visando analisar criticamente problemas centrais da Filosofia da Mente contemporânea. Membro do projeto de extensão "Grupo de estudos em Epistemologia Contemporânea", coordenado por Renata Ramos da Silva (UFF) e Julia Telles de Menezes (UFF). E-mail matheosmaia100@gmail.com

inconscientes, pode dar origem a experiência subjetiva? Como estados conscientes aparentemente imateriais podem surgir de estados cerebrais? Qual é o ingrediente “miraculoso” responsável pela transformação de padrões neurais em estados conscientes?

Historicamente, tal como nota o filósofo Colin McGinn (1993, 1994), os filósofos adotaram quatro estratégias distintas para lidar com o referido problema (*‘DIME’ responses*). A primeira delas seria domesticar (*“Domesticate”*) o problema, fornecendo uma teoria redutiva sobre os fenômenos mentais em termos de processos que ocorrem no cérebro. Os então chamados materialistas e funcionalistas, estipulavam que estar em um estado consciente é idêntico a estar em um certo tipo de estado cerebral. Desse modo, se conseguimos descrever corretamente tais correspondências, o problema foi então solucionado. A segunda estratégia consiste na afirmação de que a consciência seria intrinsecamente irreduzível a fenômenos físicos (*“Irreducibile”*), sendo, portanto, um fato bruto, ontologicamente básico e, portanto, “*sui generis*”. A terceira estratégia seria a alegação de que nenhuma explicação naturalista é suficiente para dar conta do nexos psicofísico, e um fator sobrenatural/mágico (*“Magical”*) deveria desempenhar esse papel. Por último, a quarta estratégia consiste em negar que o problema de fato exista, a partir da asserção de que, em verdade, não há nada que corresponda a isso que chamamos “consciência”. Em outras palavras, o que chamamos de “consciência” é algo que inexistente e, por consequência, o problema encontra uma solução a partir de sua própria eliminação (*“Eliminate”*).

Contudo, por maior que tenham sido os avanços na compreensão que temos do problema, a aparência misteriosa persiste. Pensando nisso, uma série de filósofos e pensadores, baseados em uma visão epistemológica pessimista, levantaram a hipótese de que o fato do problema nos parecer misterioso indica que sua solução advém de uma área cognitivamente fechada das nossas capacidades de representar o mundo. Isto é, em função da estrutura cognitiva dos seres humanos, a explicação de como os processos físicos dão origem a processos conscientes é, *em princípio*, inacessível aos seres humanos.

Tendo como um de seus principais expoentes o filósofo Colin McGinn, tal corrente intitulada “Novo Misterianismo”, se baseará, sobretudo, na ideia de que a

maneira como compreendemos o mundo é limitada por nossas capacidades cognitivas. E esses últimos, por sua vez, impedem-nos de formar conceitos de consciência que sejam compatíveis com os conceitos de propriedades físicas do cérebro. Com isso, é possível supor que exista uma teoria científica que forneça uma explicação completa a despeito do nexó psicofísico unicamente em termos de propriedades naturais, porém ela é inacessível a nós, seres humanos.

Por conseguinte, o presente trabalho seguirá a seguinte estrutura: 1) explanação sobre a noção geral de inacessibilidade cognitiva e sua relação com um conceito de realidade independente das capacidades cognitivas de um indivíduo de uma determinada espécie; 2) Partindo da distinção entre “problemas” e “mistérios”, compreender o porquê, dado o mecanismo conceitual que opera a cognição humana, não podemos ascender a uma solução ao problema mente-corpo; 3) Indicar dois sentidos em que é possível afirmar que a consciência é um “mistério” sem solução: um forte (“inacessibilidade cognitiva”) e um fraco (“inacessibilidade imaginativa”); 4) E, finalmente, defender que a argumentação de McGinn em favor da tese de uma inacessibilidade cognitiva pode ser igualmente entendida em termos de uma limitação imaginativa, na tentativa de chegar a uma solução ao problema da consciência.

87

O Novo Misterianismo

O que, de fato, as mentes humanas são capazes de conhecer acerca da realidade? Podemos afirmar que temos acesso cognitivo a tudo aquilo que é real? É a partir da resposta negativa a essas questões que alguns filósofos e cientistas expressaram pessimismo sobre nossas perspectivas epistêmicas (VLERICK, 2017, p.2). Os então chamados “novos misterianistas”², em grande parte motivados pelas considerações biológicas acerca de como os cérebros humanos evoluíram, advogam em favor da tese de que certas partes do mundo são cognitivamente impenetráveis à mente humana. A ideia consiste, grosso modo, na seguinte asserção: os cérebros

² Termo cunhado por Owen Flanagan (1991) para categorizar os pensadores que sugeriam que a consciência nunca virá a ser integralmente explicada. Contudo, posteriormente o termo foi expandido, de forma a designar a posição filosófica mais ampla de que os seres humanos estão fechados cognitivamente a resolução de um conjunto maior de problemas, que incluem, é evidente, o fenômeno da consciência.

humanos, assim como de todos os outros animais, são produto de uma evolução cega que evoluiu para lidar com problemas práticos que afetam a sobrevivência e a reprodução (VLERICK, 2020, p.2). Desse modo, desenvolvemos um aparato cognitivo estruturado de forma a poder solucionar *tipos* específicos de problemas. No entanto, existem questões acerca do funcionamento da realidade que fogem ao escopo dos problemas solucionáveis pelas nossas capacidades cognitivas. Logo, alguns aspectos da realidade são cognitivamente impenetráveis, configurando-se como “mistérios”³.

Um dos mais proeminentes argumentos apresentados deriva do filósofo Colin McGinn (1989; 1993; 1994). Para o autor, o acesso as propriedades do mundo dependem do poder cognitivo de uma mente M. Desse modo, a mente de um indivíduo de uma espécie M é fechada cognitivamente a certas propriedades em função de seus poderes e limitações em graus variáveis, preconceitos e pontos cegos (MCGINN, 1989, p.2). Segue-se, portanto, a seguinte definição geral:

Um tipo de mente M não possui acesso cognitivo à propriedade P (ou teoria T) se e somente se os procedimentos para a formação de conceitos à disposição de M não podem chegar a uma apreensão de P (ou a um entendimento de T). (MCGINN, 1989, p.2).

88

Consideremos inicialmente a experiência perceptual das abelhas. Tomado como um produto evolutivo por seleção natural, o aparato visual das abelhas é consideravelmente distinto dos humanos. Por exemplo, a tarefa de localizar o néctar das flores só é possível porque as abelhas detectam a luz ultravioleta, permitindo-as enxergar os distintos padrões ultravioleta refletidos por muitas flores, funcionando como uma espécie de guia visual em direção aos seus objetivos. Por outro lado, a história evolutiva dos seres humanos não demandou que desenvolvêssemos a habilidade perceptiva em questão para solucionar nossos problemas adaptativos imediatos. Por isso, conseguimos perceber somente uma parcela do espectro eletromagnético (comprimentos de onda de 400 a 700 nanômetros), que não inclui

³ Nesse ponto, me refiro a distinção feita por Noam Chomsky (1988) entre problemas (“problems”) e mistérios (“mysteries”). Enquanto os primeiros dizem respeito as questões sem solução no atual estado de arte da ciência, mas solucionáveis em princípio; os segundos dizem respeito as questões, por princípio, sem solução. Explorarei com mais detalhes essa distinção ao longo do texto.

o ultravioleta. Assim, afirmamos que a habilidade de perceber a luz ultravioleta está contida no *umvelt*⁴ das abelhas, e não está contida no *umvelt* dos humanos.

É evidente, pois, que um mesmo objeto na realidade pode instanciar uma série de propriedades, e que a existência das últimas independe dos poderes representacionais dos indivíduos de uma determinada espécie. Retornando ao exemplo acima mencionado, o fato de as abelhas terem acesso perceptivo a uma certa propriedade P instanciada pelas flores (no caso, a de refletir a luz ultravioleta) e, por outro lado, os seres humanos estarem perceptivamente fechados a P (sem o auxílio de instrumentos artificiais, é evidente), não fornece razões suficientes para afirmar que P é mais ou menos real. De outro modo, a abelha ter a capacidade de perceber a propriedade P e os seres humanos não, só diz algo sobre o *status epistêmico* da mente de ambas as espécies, e não algo sobre a realidade em si mesma. Nesse sentido, a constituição cognitiva de uma mente M (a mente de um tipo específico de criatura) determina o *status epistêmico* desta em relação ao mundo. Em outras palavras, o acesso epistêmico que uma mente M tem à realidade depende das capacidades cognitivas constitutivas de M.

Com isso, a posição defendida por McGinn (1993) sugere que, existem aspectos e propriedades da realidade que transcendem as capacidades cognitivas dos seres humanos, ainda que ela seja composta estritamente por fenômenos naturais⁵. Nesse contexto, tomando como base a noção de capacidades cognitivas defendidas por Noam Chomsky (1975) e Jerry Fodor (1983), a mente humana deve ser compreendida, na perspectiva de McGinn, como um conjunto de módulos cognitivos relativamente independentes um dos outros, sendo cada um deles altamente especializados em uma determinada tarefa (FODOR, 1983). Assim, no caso do módulo visual, por exemplo, os humanos são dotados de um módulo que processa a informação visual a partir de um tipo específico de funcionamento inato.

⁴ Termo utilizado por etólogos para se referir ao escopo de habilidades perceptivas presentes em uma determinada espécie.

⁵ McGinn intitula sua tese (1993) de “naturalismo transcendental” (“*transcendental naturalism*”). A ideia é que a razão pela qual não conseguimos chegar a uma resposta a certos problemas não deriva do fato de que estes são ontologicamente distintos daqueles encontrados nos problemas científicos, mas sim pelo fato de que simplesmente suas respectivas soluções transcendem a capacidade cognitiva dos seres humanos.

Ou seja, para atender a certas demandas biológico-adaptativas os diferentes módulos cognitivos apresentam um tipo de funcionamento que é estruturado para executar determinadas tarefas. Então, diante de um jardim florido, os humanos jamais poderão formar representações da variação de luz ultravioleta das plantas, pois suas mentes não foram “desenhadas” ao longo da história evolutiva para desempenhar esse papel. Portanto, dizemos que os seres humanos não têm acesso cognitivo a essa propriedade do mundo natural.

Tendo isso em vista, é possível introduzir a distinção modal empreendida por Noam Chomsky (2000, p.83) entre mistérios e problemas. Dizer que certos problemas são *possivelmente/potencialmente solucionáveis* (“problemas”), é diferente de afirmar que certas questões não podem, *em princípio*, ser solucionadas por uma mente M (“mistérios”). Consideremos o caso dos ratos e suas habilidades para desvendar labirintos (CHOMSKY, 2000, p.107). Para solucionar uma série de labirintos, ratos podem ser treinados de forma a terem uma performance igual ou superior a dos seres humanos. O desempenho dos pequenos roedores se mostra algo bastante impressionante se considerados os níveis de complexidade em que são confrontados. Contudo, nunca será possível treinar um rato para solucionar um labirinto de números primos, de forma que ele vire à direita a cada aparição de um número primo. Isso porque a mente do rato carece do conceito de “número primo”. Logo, dizemos que, em princípio, as mentes dos ratos não possuem acesso cognitivo à solução dessa questão; Por outro lado, o mesmo labirinto que se configura um “mistério” para a mente dos ratos, se apresenta como um “problema” para uma criança de cinco anos. Isso porque, a criança, ainda que no presente momento não compreenda o conceito de “número primo” e, conseqüentemente, não seja capaz de solucionar o labirinto, é dotada de um aparato cognitivo que permite formar a representação do referido conceito. Estando, portanto, cognitivamente aberta à solução desse problema.

O “mistério” da consciência

Mentes diferentes têm um *status epistêmico* distinto em relação as propriedades presentes na realidade. Isto é, uma mente M não possui acesso cognitivo a certas propriedades do mundo, mas possui a outras. Como consequência

disso, existe necessariamente uma teoria naturalista T que se refere a uma propriedade P, independentemente de ela ser apreensível pelos seres humanos ou não. Agora, resta saber se há evidências que demonstram que existem teorias explicativas verdadeiras que se encaixam no escopo dos “mistérios”, inapreensíveis por seres humanos. Especificamente, investigar as razões que possuímos para afirmar que a solução para o problema mente-corpo (e uma série de outros problemas filosóficos importantes) é cognitivamente inacessível a espécie humana e, conseqüentemente, que o nexó psicofísico jamais poderá ser estabelecido.

Segundo McGinn, a mente humana funciona a partir de uma estrutura cognitiva que molda a maneira como tomamos conhecimento acerca do mundo. Esse mecanismo, por sua vez, opera seguindo um padrão básico que ele intitulou de hipótese CALM (“*Combinatorial Atomism with Lawlike Mappings*”). De acordo com essa noção, uma mente M só pode processar representações de forma combinatória. Ou seja, dado um fenômeno qualquer, um ser humano só pode conhecê-lo a partir da análise dos elementos primitivos que o constituem e pelo modo como eles se articulam ao longo do tempo. Isso parece se aplicar bem no caso do conhecimento que temos acerca das propriedades dos líquidos, por exemplo. As propriedades de ordem superior dos líquidos são compreendidas em termos de seus constituintes de nível inferior (moléculas). Isto significa que, entendendo como moléculas se combinam a partir de leis gerais formando entidades menos básicas, elucidam-se o fenômeno em questão. De modo geral, essa mesma arquitetura abstrata se aplica não apenas a entidades naturais como os objetos físicos inanimados e organismos biológicos, mas também à linguagem e as entidades matemáticas. Em todos esses casos, “podemos empregar apropriadamente o método de pensamento CALM: conceituamos as entidades em questão, separando-as em partes e articulando o modo como se combinam” (MCGINN, 2004, p.227).

Mas será que essa explicação mereológica pode ser aplicada a todos os fenômenos ou existem certos problemas que persistem frente a esse maquinário conceitual? Consideremos em um primeiro momento, por exemplo, um indivíduo que percebe uma tonalidade específica de vermelho. É razoável asserir que é a partir da estimulação de um grupo determinado de células no cérebro denominadas neurônios, ligadas umas as outras através de fibras chamadas de dendritos e

axônios, que o indivíduo experencia essa tonalidade de vermelho. Dizemos, portanto, que a experiência consciente deriva da atividade cerebral. Contudo, esse processo de derivação não parece se adequar a estrutura abstrata CALM. Isso porque, a experiência e como ela se mostra ao indivíduo ocorre no nível fenomenológico (não-conceitual). Assim, temos a sensação de uma tonalidade de vermelho, de um cheiro de comida estragada, de uma forma esférica com furos do lado, mas nunca de neurônios sendo ativados. Com isso, ainda que certas atividades cerebrais se encaixem na estrutura CALM, a experiência subjetiva não pode ser reduzida a processos físicos (processos cerebrais) mais elementares. De algum modo, ao mesmo tempo que a consciência depende de processos cerebrais, ela não parece ser produto da simples agregação espacial de neurônios sendo ativados. Existe uma *lacuna explicativa* entre o fenômeno da consciência e os fenômenos mais básicos de onde ele procede, de forma que “não podemos aplicar os princípios CALM para dar sentido ao que observamos” (MCGINN, 2004, p.230).

E por que isso se dá desse modo? A ideia central é que a maneira como formamos conceitos de propriedades físicas e conceitos de consciência são radicalmente distintas, gerando uma incompreensão de *como* estados conscientes surgem de estados cerebrais. Vejamos um caso por vez. Começando pelos conceitos de consciência, atribuímo-los a nós próprios através da introspecção. Nesse sentido, temos acesso imediato as propriedades da consciência, podendo fornecer descrições fenomenológicas quase de maneira imediata. Todavia, não há nada no *stock* de conceitos introspectivamente atribuídos que possa revelar a consciência como dependente do cérebro. De maneira a exemplificar essa limitação, imaginemos que um indivíduo qualquer deseja ter acesso ao modo como sua representação mental consciente de uma maçã depende das suas ativações neuronais. Ao atentar prolongada e cuidadosamente para sua representação por meio da introspecção, ele adota um procedimento de análise conceitual para chegar à propriedade P que fornece o *link* entre seu estado consciente e o estado cerebral correspondente. Contudo, tal como McGinn (1989, p.6) ressalta, isso seria tão pouco razoável quanto resolver o problema do surgimento da vida a partir da matéria, simplesmente refletindo no conceito de vida. Ou, como os funcionalistas de senso comum almejam, seria como estipular a propriedade P como um papel causal, inferindo-a

analiticamente a partir dos conceitos de consciência disponíveis. Por conseguinte, a propriedade P que revela a natureza da conexão entre mente e corpo, tem necessariamente que estar para além dos conceitos usados para fazermos atribuições de primeira pessoa.

Agora, no que concerne a maneira como são formados conceitos de propriedades físicas, o processo se dá de modo inteiramente distinto. O papel da percepção em moldar nosso entendimento sobre o mundo é algo notável. Percebemos as propriedades físicas da natureza através dos objetos que as instanciam, representando-as como espacialmente distribuídas. Assim, toda e qualquer propriedade perceptualmente acessível aos seres humanos, é uma propriedade essencialmente espacial. Por isso, os conceitos que introduzimos para compreender o funcionamento do cérebro, por exemplo, são limitados a essas propriedades espaciais. Sendo assim, através dos sentidos, é possível observar um cérebro vivo consciente e atestar “uma ampla diversidade de propriedades exemplificadas -a sua forma, cor, textura, etc.-” (MCGINN, 1989, p.9). Porém, qualquer propriedade que fuja a esse *tipo* de descrição espacial não pode ser apreendida por meio do estudo físico do cérebro. Não importa quão detalhada for a descrição que a Neurociência fornecer, nenhuma atividade cerebral mostrará a propriedade fenomenal como ela se mostra ao sujeito da experiência. Desse modo, aquilo que o sujeito tem experiência (isto é, os estados conscientes) é inacessível por qualquer método de direcionamento dos sentidos ao cérebro. Isso porque, é exatamente esse tipo de descrição espacial que parece ser inerentemente incapaz de satisfazer as condições para constituir P. Diz-se, portanto que esses estados conscientes não são objetos potenciais da percepção, e a consciência ela mesma é “numérica no que diz respeito a percepção do cérebro” (MCGINN, 1989, p.9).

Não obstante, não é uma condição necessária que todas as propriedades referidas por uma teoria científica devam ser perceptualmente acessíveis. Em muitos casos, como na Astronomia e na Mecânica Quântica, as propriedades relevantes em que as teorias se referem são compostas além das propriedades essencialmente perceptíveis, por aquelas que são essencialmente teóricas. Assim, no caso dos seres humanos, o fato de que uma propriedade da natureza é perceptualmente inacessível não implica necessariamente que ela é cognitivamente inacessível, uma vez que

formamos conceitos teóricos de objetos materiais não-observáveis. Por exemplo, o conceito de molécula, como todos os outros conceitos teóricos são formados por algum tipo de extensão analógica do que é observado em uma escala macroscópica. Nesse contexto, formamos representações desses objetos macroscópicos e extrapolamos como eles seriam em menor escala. Contudo, esse método que provou-se funcionar para as ciências físicas não parece ser adequado para ascender a propriedade P. Pois, ao estudar empiricamente o cérebro humano, introduz-se na base na base da observação certos conceitos teóricos que são essenciais para explicar a informação física. Esses conceitos, por sua vez, são extensões analógicas das entidades macroscópicas encontradas no cérebro. Todavia, há um “princípio de homogeneidade que intervém se introduzimos conceitos teóricos na base da observação”. Isto é, as únicas propriedades teóricas que são relevantes para explicar a informação física são aquelas que influenciam de algum modo nessa informação⁶. Assim, como a propriedade da consciência não ocorre na informação física, não precisamos introduzi-la para explicar os fenômenos que ocorrem no cérebro, sendo inteiramente dispensável para tal.

Diante do exposto, conclui-se que (1) existe uma teoria científica da consciência (T) que faz referência a propriedade P, que explica a natureza da ligação entre estados conscientes e estados cerebrais e, conseqüentemente, oferece uma solução ao problema mente-corpo. (2) o mecanismo conceitual que subjaz a mente dos seres humanos opera de tal modo, que a maneira como se formam conceitos de propriedades espaciais e, por outro lado, conceitos de consciência são incompatíveis. Por isso, em função de um princípio de homogeneidade, qualquer teoria empírica sobre o cérebro não pode incorporar conceitos de consciência na base da observação, sem que comprometa tal princípio. (3) Logo, não compreendemos *como* estados mentais podem advir de processos cerebrais, não sendo possível chegar a um entendimento de T. Dizemos, portanto, que os humanos não possuem acesso cognitivo à propriedade P, e o problema é, em princípio, insolúvel.

⁶ É possível dizer que as únicas propriedades essenciais para explicar a informação física, são aquelas que derivam (são formadas) por esse *tipo* de informação.

Dois sentidos de “mistério”

No caso da consciência, há um aspecto epistemológico peculiar que torna o problema especialmente “misterioso”. A maneira como tomamos contato com os termos da relação (estados conscientes e estados cerebrais) envolve, como demonstrado por McGinn, faculdades cognitivas radicalmente distintas. Através da introspecção, apreendemos as propriedades da consciência, e pela percepção, apreendemos as propriedades físicas do cérebro.

Duas conclusões são compatíveis com a constatação dessa peculiaridade epistemológica: 1) um sentido forte de inacessibilidade cognitiva. Isto é, em razão do mecanismo conceitual dual presente nos seres humanos, não é possível para a mente humana formar uma representação conceitual da propriedade P, que explica a natureza da ligação entre consciência e cérebro [tese sustentada por McGinn]; 2) um sentido fraco de inacessibilidade cognitiva. Os seres humanos têm, em princípio, acesso representacional a propriedade P. No entanto, há uma ilusão de impossibilidade de explicação gerada pela necessidade de mudar de uma faculdade para a outra, quando consideramos as entidades envolvidas nessa relação para solucionar o problema. Por conseguinte, o problema da consciência, por violar essa “condição de faculdade única”, se mostrará sempre ininteligível, ainda que seja cognitivamente acessível. Por isso, ainda que tenhamos formado os conceitos do cérebro que explicam a consciência, ainda restaria uma sensação residual de ininteligibilidade (MCGINN, 1989, p.10)⁷.

É bem verdade que McGinn quer evitar a segunda conclusão. Afinal, se temos acesso representacional a uma teoria científica da consciência (visto que não temos acesso cognitivo à propriedade P apenas no sentido fraco), toda e qualquer aparência de mistério é, em verdade, apenas fruto de uma inacessibilidade imaginativa e, em nada afetaria nossas ambições de chegar a uma solução construtiva do problema (ainda que não possamos ter ciência disso)⁸.

⁷ McGinn considera brevemente essa hipótese em seu ensaio “*Can we solve the mind-body problem*” (1989), mas rapidamente a descarta, sem apresentar motivos sólidos para tal.

⁸ Segundo a categorização de McGinn (1989), tais soluções assumem duas formas: as chamadas soluções “construtivas”, que buscam especificar alguma propriedade natural P do cérebro que explicaria *como* os estados mentais/conscientes advém de estados cerebrais; e,

Mas não é somente o caso da consciência que isso parece acontecer. No âmbito das teorias científicas uma limitação imaginativa análoga parece se aplicar. A alta capacidade preditiva de teorias da mecânica quântica por exemplo, são produto do acesso representativo que os cientistas têm do mundo quântico. Contudo, mesmo entre os físicos especializados, é um consenso que os fenômenos quânticos são contraintuitivos e de difícil entendimento. A título de demonstração, a noção de “sobreposição quântica” em que uma partícula pode estar em duas localizações espaciais no mesmo instante de tempo, parece ser um caso paradigmático em que prevemos o comportamento das partículas subatômicas, mas não podemos ter um entendimento intuitivo desse comportamento. Tal inacessibilidade imaginativa, por sua vez, é bem explicitado pela famosa frase atribuída ao físico Richard Feynman: “se você acha que entendeu a física quântica [inacessibilidade representacional] é porque você não a entendeu [inacessibilidade imaginativa]”⁹. Logo, ainda que não possamos ter um entendimento intuitivo das propriedades referidas em uma teoria quântica, ainda assim representamos com precisão esse aspecto do mundo, traduzindo-o em um meio inteligível.

96

Logo, é possível notar que, o acesso representacional descreve uma relação entre o mundo e nossas representações científicas e o acesso imaginativo descreve o que se passa na relação entre nossas mentes e as representações formadas por elas. Assim, retornando ao exemplo das teorias quânticas, podemos formar representações precisas¹⁰ sobre o que se passa no mundo, sendo capazes de prever os fenômenos com extrema acurácia. No entanto, ao voltarmos nossas mentes

por outro lado, as soluções que invocam entidades sobrenaturais para explicar a aparência miraculosa da relação entre mente e corpo.

⁹ Essa distinção foi originalmente formulada por Michael Vlerick e Maarten Boudry (2020) em *“The end of science? On human cognitive limitations and how to overcome them”*. Contudo, no referido trabalho não há nenhuma menção acerca da ligação entre inacessibilidade imaginativa e a violação da condição de faculdade única, como foi feito no presente desenvolvimento.

¹⁰ “Representar um aspecto do mundo significa traduzir (algumas de) suas propriedades em um meio inteligível. As representações estão conceitualmente ligadas ao estado do mundo que representam. Para qualquer representação verdadeira, ela deve sustentar que, se o objeto que ela representa fosse diferente, essa representação seria falsa.” (VLERICK, 2027, p.106, tradução nossa).

introspectivamente para essas representações, não conseguimos imaginar como os fenômenos representados podem ser concebidos de forma inteligível¹¹.

E isso poderia se dar do mesmo modo no caso da ciência do cérebro. Suponhamos que, futuramente, a Neurociência tenha alcançado a mais alta capacidade preditiva em relação aos fenômenos que ocorrem no cérebro. Sendo assim, há uma teoria científica que explica inteiramente a atividade cerebral quando temos uma experiência consciente. Nesse cenário, formamos representações milimetricamente precisas sobre o que consiste essa experiência, em termos de processos cerebrais. Ao experimentar um objeto azul arredondado por exemplo, sabemos exatamente o porquê da experiência fenomenal do sujeito x ter sido diferente do sujeito y. Ou seja, sabemos como a informação visual foi formada em ambos os casos, como as crenças de ambos os sujeitos afetam a percepção do objeto, o “caminho” percorrido pela informação visual no cérebro, etc. Ainda assim, permaneceria o “mistério” de como tais representações se combinam de maneira inteligível a formar a experiência fenomenal. E isso, todavia, nada se assemelha com incapacidade de formar representações conceituais de certas propriedades do mundo. Mas sim, de como o mecanismo conceitual que constitui nossas mentes que evoluíram biologicamente, permite que tenhamos acesso a determinadas propriedades do mundo, independentemente de conseguirmos imaginá-las mentalmente de forma inteligível.

97

Considerações Finais

Buscou-se, no presente trabalho, compreender a linha argumentativa que subjaz a tese de que os humanos não podem, em princípio, apreender a solução do

¹¹ Essa ininteligibilidade imaginativa se faz deveras presente na ciência, pelo menos desde a Teoria da Relatividade Geral. Um exemplo paradigmático parece ser o buraco negro. Segundo descrito por Einstein, em um determinado ponto tal objeto astronômico tem a propriedade de comprimir toda e qualquer matéria a um tamanho zero, e conseqüentemente a densidade seria infinita. É evidente, claro que as predições de Einstein tiveram que envolver representações precisas do mundo como ele é (caso contrário, quando observado, o objeto se mostraria inteiramente diferente). Contudo, qualquer um que tente imaginar esse objeto, agrupando as representações envolvidas, nunca chegará a uma compreensão inteligível de um objeto dessa magnitude. Simplesmente, devemos admitir que essas representações não são palatáveis para nossas mentes com acesso imaginativo limitado.

problema mente-corpo. Desse modo, inteiramente desenvolvido a partir da elaboração teórica do filósofo Colin McGinn, o estudo em questão se propôs a expor minuciosamente como o “Novo Misterianismo”, a partir da noção geral de inacessibilidade cognitiva, sustenta que a explicação sobre a natureza da ligação entre a consciência e o cérebro é cognitivamente inalcançável pela mente humana.

Ao fim da pesquisa, foi possível constatar que, a estratégia de McGinn ao impedir a passagem de uma lacuna epistemológica para uma lacuna ontológica através de considerações sobre nossas capacidades cognitivas é, em linhas gerais, bem-sucedida. Isto é, no caso da consciência, o mecanismo conceitual CALM em que opera a mente humana não permite com que a experiência subjetiva possa ser reduzida a processos neurofisiológicos mais elementares. Formamos conceitos de consciência (conceitos fenomenais) de maneira inteiramente distinta com que formamos conceitos físicos. Assim, temos uma sensação de ininteligibilidade quando consideramos a hipótese de que fenômenos elementares que ocorrem no cérebro causam a experiência subjetiva de vermelho, quando olhamos para uma maçã vermelha, por exemplo. Esse fato, por sua vez, somente diz respeito ao status epistêmico que a mente humana ocupa no mundo, e não sobre a realidade em si mesma.

Contudo, observou-se que dois sentidos são compatíveis com a afirmação de que a consciência é um mistério. O primeiro, advogado por McGinn, refere-se à inacessibilidade cognitiva, que consiste nas nossas capacidades de representar aspectos e propriedades do mundo. Por conseguinte, afirmar que a consciência é um mistério nesse primeiro sentido, equivale a dizer que não temos acesso representacional a propriedade física que explica o nexos psicofísico. O segundo, por outro lado, diz respeito a uma inacessibilidade imaginativa, isto é, uma incapacidade imaginativa/psicológica de como certas representações podem ser agrupadas de maneira a tornar o fenômeno em questão inteligível. Assim, afirmar que a consciência é um mistério nesse segundo sentido, equivaleria a dizer que a propriedade física que explica a consciência é, em potencial, cognitivamente acessível aos humanos, ainda que não tenhamos a aptidão para imaginar como processos neurofisiológicos causam a experiência consciente.

Diante disso, se compreendido em termos de uma inacessibilidade imaginativa, uma chave interpretativa indesejada a tese de McGinn se abre, no qual não enfrentamos qualquer dificuldade cognitiva em ascender a uma teoria naturalista da consciência que explique como estados mentais se originam de processo neurofisiológicos. Isso pois, a nível conceitual, somos cognitivamente aptos a formar as representações corretas que solucionariam o problema. Por isso, as dificuldades geradas pela peculiaridade epistemológica sobre a forma com que formamos conceitos físicos e conceitos de consciência, somente diz algo a respeito da nossa incapacidade de agrupar as representações conceituais, de maneira a torná-las um todo inteligível.

Referências Bibliográficas

- CHOMSKY, N. *Reflections on Language*. Nova York: Pantheon, 1975.
- CHOMSKY, N. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- DEMIRCIUGLU, E. “Human Cognitive Closure and Mysterianism: Reply to Kriegel”, in *Acta Analytica* 32 (1): 125-132, 2017.
- DEMIRCIUGLU, E. “The Puzzle of Consciousness”, in *Kilikya Felsefe Dergisi/ Cilicia Journal of Philosophy* 2 (2):76-85, 2015.
- FODOR, J. *The modularity of Mind: an Essay on Faculty Psychology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.
- KRIEGEL, U. “The new mysterianism and the thesis of cognitive closure”, in *Acta Analytica* 18 (30-31):177-191, 2003.
- MCGINN, C. “Can We Solve the mind-body problem?” in *Mind* 98 (July): 349-66, 1989.
- MCGINN, C. *Problems in Philosophy: The Limits of Inquiry*. Cambridge, Massachusetts: Ed. Blackwell, 1993.
- MCGINN, C. “The problem of Philosophy”. in *Philos Stud* 76 (2): 133-156, 1994.
- MCGINN, C. *The Character of Mind: An Introduction to the Philosophy of Mind*. Nova York: Oxford University Press, 1996.
- MCGINN, C. *A construção de um filósofo*. Trad. L. P. Guanabara. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- VLERICK, M. & BOUDRY, M. “Psychological Closure Does Not Entail Cognitive Closure”, in *Dialectica* 71 (1):101-115, 2017.

O novo misterianismo: a solução para o problema mente-corpo pode ser apreendida?

VLERICK, M.; BOUDRY, M.; & EDIS, T. “The end of science? On human cognitive limitations and how to overcome them”. *Biology and Philosophy* 35 (1):1-16, 2020.

Submissão 25. 01. 2024

/

Aceite 30. 05. 2024